

A LINGÜÍSTICA E O ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA NAS SÉRIES INICIAIS

Fabiola Vieira Bertotti – UEG

fabiola.bertotti@hotmail.com.

Resumo: Este trabalho trata da questão da linguística e suas implicações no ensino de língua portuguesa nas séries iniciais. Inicialmente, explicita contribuições do linguista Ferdinand de Saussure. A seguir, estabelece uma interlocução com o campo específico da educação formal escolar. E, num terceiro momento, discute as proposições de um outro linguista, Mikhail M. Bakhtin. O trabalho constata, assim, a importância do estudo da linguística para o processo de conhecimento, apropriação e posterior ensino da língua portuguesa.

Palavras-chave: linguística; língua portuguesa; ensino.

“Então deveria dizer o que pensa”, a Lebre de Março continuou.
“Eu digo”, Alice respondeu apressadamente; “pelo menos... pelo menos eu penso que digo... é a mesma coisa, não?”
“Nem de longe a mesma coisa!” disse o Chapeleiro. “Seria como dizer que ‘vejo o que como’ é a mesma coisa que ‘como o que vejo’!”
“Ou o mesmo que dizer”, acrescentou a Lebre de Março, “que ‘aprecio o que tenho’ é a mesma coisa que ‘tenho o que aprecio’!”
“Ou o mesmo que dizer”, acrescentou o Caxinguelê, que parecia estar falando dormindo, “que ‘respiro quando durmo’ é a mesma coisa que ‘durmo quando respiro’!”
“É a mesma coisa no seu caso”, disse o Chapeleiro, e neste ponto a conversa arrefeceu (...).
(Lewis Carroll)

Verdade literária e imaginação permitem perceber o jogo de palavras proposto por Lewis Carroll (pseudônimo do matemático e escritor britânico Charles Lutwidge Dodgson, 1832-1898) em um trecho da sua obra *Alice no país das maravilhas* (1865 [2009]). Jogo de palavras aceito e compartilhado socialmente. Capaz de interrogar a nossa própria língua e, ao mesmo tempo, resituar as suas bases formais, esse jogo de palavras permite ao docente refletir acerca das variadas possibilidades de tomar e ensinar a língua portuguesa. O plano da realidade pode ser apropriado e transgredido pelo plano do imaginário como uma instância concretamente formulada pela mediação de signos linguísticos.

O *Curso de linguística geral* (1916 [2002]), do linguista e filósofo suíço Ferdinand de Saussure (1857-1913), propõe possibilidades para trabalhar com a linguística. Essa obra apresenta uma compilação das anotações de aprendizes que compareceram aos três cursos ministrados por F. Saussure na Universidade de Genebra entre os anos de 1907 e 1911. Começando com uma visão histórica geral, o *Curso de linguística geral* apresenta a linguística como uma ciência constituída

em torno dos fatos de uma língua.

Tal constituição conta com três fases. A primeira, atrelada à gramática – disciplina normativa inaugurada pelos gregos, responsável por formular regras capazes de distinguir formas corretas e incorretas de alguns elementos pertencentes a uma língua (sons, formas, palavras, construções e recursos expressivos). A segunda fase é marcada pela filologia – disciplina nomeada pelos egípcios, mas vinculada sobretudo aos estudos do alemão F. A. Wolf, em 1777, que não tem como único objeto de estudo a língua, mas que, além desta, pretende estudar todos os fenômenos culturais de um povo por meio de textos escritos, buscando fixar, interpretar e comentar esses textos. O que leva à pesquisa da história literária, ao exame e à comparação de escritas situadas em épocas diferentes.

Essa pesquisa inaugura possibilidades para comparar as línguas, permitindo o advento da terceira fase, por volta de 1794, com o inglês W. Jones. Estudiosos da época passam a esclarecer uma língua através de uma outra, e o alemão F. Bopp, em 1816, explica as formas de uma língua citando as formas de uma outra língua, comparando-as, constatando relações entre diferentes línguas e concluindo que tais relações poderiam estabelecer uma matéria científica. “A Linguística, propriamente dita, que deu à comparação o lugar que exatamente lhe cabe, nasceu do estudo das línguas românticas e das línguas germânicas” (SAUSSURE, 2002:11).

Seguindo no *Curso de linguística geral*, F. Saussure afirma que todas as manifestações da linguagem humana constituem a linguística. Toda e qualquer forma de expressão humana, quer se trate de povos selvagens ou de nações civilizadas, interessam à linguística. Mas para conhecer linguagens que nos parecem remotas são imprescindíveis os registros escritos. E estes são viabilizados por uma determinada língua. Aqui, podemos marcar uma diferença entre linguagem e língua.

A linguística delimita o seu campo de atuação através da definição das suas funções, a saber, descrever historicamente uma língua, ou cada uma das línguas que puder abranger, e descobrir as forças que estão em jogo em cada uma das línguas, deduzindo leis gerais e universais. É possível verificar, assim, que o objeto de estudo, de pesquisa e investigação da linguística é a língua. Esta, explicita F. Saussure, é uma parte determinada da linguagem, é um conjunto de convenções necessárias para a construção, organização e conservação de uma certa ordem social.

A língua faz laço social, uma vez que precisamos dela para nos apropriar de um determinado lugar no social. Nascemos desprovidos de qualquer capacidade languageira, precisamos necessariamente de um outro ser humano para iniciarmos o processo de apropriação de

uma determinada língua. Nesse contexto, além dos investigadores que manejam textos, a linguística interessa a todos os seres humanos que compartilham uma determinada língua, que fazem uso dessa língua para estarem inseridos em uma cultura, em uma sociedade. A língua é adquirida, aprendida. E, para tanto, está estruturada em signos.

A linguagem estaria aquém e além da língua. Aquém, considerando que está antes do aparecimento da língua, nos gestos humanos. Além, porque escapa às normas da língua, abrangendo gestos e ações. Conforme o dicionário online de língua portuguesa *Michaelis*, a palavra “gesto” significa “movimento do corpo, principalmente das mãos, braços, cabeça e olhos, para exprimir ideias, na declamação e conversação; aceno, mímica, sinal; aspecto, aparência, parecer; semblante”. É possível observar que não há um único signo para a decodificação de um gesto. Essa decodificação depende do olhar de quem o vê, depende da língua desse que vê. É com a língua que nomeamos, que atribuímos significações.

F. Saussure demonstra a necessidade de pelo menos dois sujeitos para que a língua exerça a função de comunicação no circuito da fala. Para que esse circuito seja completo “(...) os fatos de consciência, a que chamaremos conceitos, se acham associados às representações dos significados linguísticos ou imagens acústicas (...)” (SAUSSURE, 2002:19) em um sujeito, e no outro, o interlocutor, é imprescindível “(...) a associação psíquica dessa imagem com o conceito correspondente” (SAUSSURE, 2002:19) para o acontecer da comunicação, da interlocução. É impossível saber das representações imaginárias de cada sujeito, das imagens psíquicas, como nomeia F. Saussure. Sobre essa impossibilidade, temos a seguinte asserção.

Se pudéssemos abarcar a totalidade das imagens verbais armazenadas em todos os indivíduos, atingiríamos o liame social que constitui a língua. Trata-se de um tesouro depositado pela prática da fala em todos os indivíduos pertencentes à mesma comunidade, um sistema gramatical que existe virtualmente em cada cérebro (...). (SAUSSURE, 2002:21)

Assim, só temos notícias dessas imagens através da interação social, da experiência com outro ser humano. É o outro que vai decodificando o que penso estar comunicando. Só sei de mim mesmo pelo outro. Parafraseando o poeta francês Jean-Nicolas Arthur Rimbaud (1854-1891), “Pois eu é um outro”. (RIMBAUD, 1980:186).

A língua só existe no laço social, quando do contrato firmado entre os humanos de uma determinada cultura social. Ainda que os signos dependam de imagens psíquicas, eles são tangíveis, podem ser fixados pela escrita e podem ser compartilhados após inúmeras experiências repetidas de

interação com o outro. Essas experiências vão demarcando uma certa cultura, estipulando costumes e características próprias que singularizam essa cultura. Daí a interdependência entre os costumes, a língua e a história cultural, social e política de uma determinada nação. Os costumes de uma cultura são criados pela língua e interferem nessa língua, modificando-a, e, ao mesmo tempo, são recriados e reinventados por essa mesma língua sob influência do tempo (lógico), dos acontecimentos históricos.

A língua está em constante movimento. Atrelada à lógica de cada sujeito, de cada nação, a língua vai representando fatos, ganhando novos formatos e transformando aquele que dela se apropria. A língua reflete a cultura de um povo, a maneira de ser e de estar no mundo. Com o nascimento em uma determinada língua, a nossa chamada língua materna, herdamos uma determinada cultura, uma determinada história.

É importante destacar a questão da escrita, do registro da língua. Sabemos de uma determinada cultura por meio de documentos escritos. A escrita é uma maneira de representar a língua falada. E, assim, da mesma maneira que apresenta a cultura para aquele que chega – recém-nascido – a língua escrita garante que essa cultura continue, que tenha continuidade através dos tempos.

Uma criança aprende o sistema de signos organizadores de uma língua experimentando essa língua, por assim dizer. Primeiro, seus gestos são decodificados, são nomeados por um outro ser humano de acordo com a língua em que essa criança nasce inserida. Depois, a própria criança vai ensaiando maneiras de compartilhar esses signos e se fazer entender. Vai entendendo e depois vai se fazendo entender. A criança percebe que a língua não é feita de sons de palavras isoladas, mas de estruturas que reúnem sons e ideias, representações, conceitos, compondo palavras, frases, textos.

A escola propõe o ensino formal de uma certa língua desde as séries iniciais. Este trabalho salienta o ensino da língua portuguesa nas séries iniciais. Cada criança tem uma experiência com a linguagem e com a língua antes de chegar à escola, é ouvinte e falante, comunica-se no seu contexto familiar. Mas na escola são apresentados outros formatos de linguagem e de língua. Especificamente, a língua não é só usada para a comunicação, mas também para avaliação. Nesse contexto, é comum a criança apresentar hesitações e dúvidas quanto ao que já aprendeu sobre a língua, e depois buscar entender o porquê das exigências da escola com relação a essa língua e, com a mediação do professor, atribuir um lugar para esse novo conhecimento. O ensino proposto pela escola requer tempo para a criança realizar o processo de adaptação, aprendizagem e apropriação das novas habilidades linguísticas.

Nesse caso, o tempo é lógico e, ao mesmo tempo, cronológico. Lógico, à medida que depende do ritmo de cada criança. Cronológico, por estar atrelado às exigências dos formalismos escolares. Mas, para que esses tempos estejam “ao mesmo tempo”, por assim dizer, é importante que a escola esteja atenta ao processo linguístico de cada criança, ou seja, atenta à realidade da língua que cada criança faz uso – como essa criança fala, o que fala, o que quer falar, por que fala. Nesse sentido, para ser alcançado o tempo cronológico das exigências escolares, o tempo lógico é primordial, uma vez que é ele que representa o interesse de uma criança, o desejo de saber, é com ele que a criança busca conhecimento e encontra o seu ritmo de aprender.

Facilitando e enriquecendo o processo de aprendizado da língua portuguesa, o professor pode favorecer a circulação de informações entre as crianças, permitindo que a diversidade seja um instrumento a serviço do aprendizado. O professor não é o único informante, ele conta com essa diversidade para aprender e organizar o trabalho educacional. É com a nossa língua materna que construímos significações acerca da vida, de nós mesmos e acerca da própria língua, por isso é imprescindível que o professor tome como ponto de partida os usos que a criança já faz da língua ao chegar à escola, para, daí, ensinar aqueles que ela ainda não conhece.

Observando a realidade linguística de cada criança, oportunizando a cada uma se escutar, escutar a si próprias e o seu modo de lidar com a língua, o professor consegue explicitar para que serve, afinal, a escola, o que a escola pretende e almeja. Especificamente, o professor viabiliza um espaço para o ensino da língua portuguesa formal, padrão. À medida que as crianças vão se interessando pela língua portuguesa e suas diversas curiosidades, normas, dentre outras peculiaridades, elas vão desejando experimentar, vão desejando falar palavras que, até então, não conheciam, vão desejando experimentar a leitura. Aqui, é importante que o professor enfatize o processo de leitura. Nas séries iniciais, é interessante concentrar na leitura e nas atividades em sala de aula para que as crianças possam ir se acostumando com as formalidades escolares.

Acerca do processo de leitura, Luiz Carlos Cagliari (1945-), professor universitário brasileiro que atua no campo da linguística, entende que

O ideal seria alfabetizar a partir dos cinco anos. Na verdade, a primeira série deveria começar aos cinco anos. (...) Pessoalmente, acho que é mais fácil alfabetizar uma criança de cinco anos do que de sete, porque a criança menor, em geral, tem melhor disposição pessoal para aprender a ler e menos influência de outras coisas na vida. (CAGLIARI, 2005:4)

Ser alfabetizado consiste em saber ler por iniciativa própria, interpretando os signos dispostos no formato de um texto. E isso requer uma associação com o que a criança já possui de representações conceituais e imagéticas, como nos demonstrou F. Saussure. Se for assim, a criança participa ativamente, envolvendo-se com o seu aprendizado, desejando saber.

O processo de aprendizado da leitura está atrelado ao processo de escrita. Escrever decorre do aprendizado da leitura. A criança que lê, deseja escrever, deseja traçar o seu aprendizado, testar o que pode fazer com a leitura que aprendeu. Um professor está atento aos mecanismos necessários para decifrar um código linguístico. É fundamental que as palavras dos textos apresentados pelos professores sejam associadas à realidade linguística de cada criança, por isso a atenção do professor quando explica, esclarece, busca outros termos para que a criança vá compondo imagens que permitam uma associação com o material de representações com o qual ela já conta.

Decifrar o código da língua portuguesa implica o entendimento de como esse código funciona, como a escrita desse código se faz passível de entendimento. A criança vai juntando os sons das letras até chegar ao fim da palavra. Nesse momento, identifica a palavra, como falante, e passa a ter acesso também ao significado associado a essa palavra, interpreta, decifra o código, associa com uma imagem. É interessante que o professor mostre e discuta diferentes sistemas de escrita para com as crianças, como fotos, figuras, pictogramas, mapas, desenhos, gráficos, dentre outros. Isto para assinalar que podemos usar outras formas de representação, não só letras. No caso de desenhos, podemos fazer comentários, não podemos lê-los, e esses comentários podem ser diferentes dependendo da criança que os faz. Mas há determinadas formas de expressão figurativa que podem ser lidas, pois estão associadas a uma palavra ou expressão de uso comum na língua portuguesa, por exemplo, o pictograma de um homem em uma porta de algum estabelecimento público poderá ser lido como banheiro masculino.

Além disso, é importante situar que uma palavra escrita de determinada maneira pode ser lida de maneira diferente, com pronúncia diferente, de acordo com as normas da língua. O nosso alfabeto, da língua portuguesa, consiste em um sistema que parte da representação de sons para compor palavras e chegar, assim, ao significado. Esse alfabeto foi inventado através de um princípio acrofônico ou princípio alfabético. *Acrofonia* (em grego: *acro* - princípio, cabeça + *phonos* - som) consiste em dar às letras de um sistema de escrita uma denominação de modo que o nome de cada letra comece com essa mesma letra. Por exemplo, a letra A, tem o som de [a], "alpha", "amarelo" e "amor" são nomes acrofônicos da letra A. Algumas letras trazem essa informação não exatamente no início, como acontece com a letra L, que tem o som de [lê] entre duas letras Es: e-l-e. A letra H

não representa som algum, servindo apenas de referência etimológica de palavras para formar dígrafos (duas letras representando um som, como em LH, NH, CH). Esse sistema é regido pelo princípio da fonografia, em que um signo gráfico representa um ou mais fonemas do idioma.

Ainda que a língua escrita seja composta a partir da língua falada, as regras da língua portuguesa não permitem que escrevamos exatamente como falamos. Se cada um escrevesse como fala, uma mesma palavra apareceria escrita de várias formas diferentes, dificultando a decifração.

Assim, as regras da língua portuguesa foram aprimoradas para garantir um sistema único capaz de ser entendido. Esse aprimoramento aconteceu por um mecanismo de solidificação da forma gráfica das palavras chamado “ortografia”. Nossa escrita está limitada a esse sistema de ortografia, mas nossa leitura segue a nossa língua materna, ou seja, segue o estilo linguístico de cada leitor. Um gaúcho lê de modo diferente de um carioca, por exemplo.

Na escola, as primeiras leituras acontecem com uma pronúncia característica da língua materna de cada criança. O professor intervém para promover discussões com as crianças acerca desses formatos variados da língua. E isto repetidamente. Com o passar do aprendizado, a criança constata a importância da leitura na língua portuguesa padrão para que ela possa ser entendida socialmente. Aqui, podemos pensar na escolha dos textos que o professor traz para a sala de aula – a importância de que sejam textos capazes de favorecer uma reflexão imaginativa e crítica, de exercitar formas de pensamento mais elaboradas e abstratas, já que estes primeiros textos, por assim dizer, deixam marcas para todo o desenvolvimento da criança, são balizadores vitais para a plena participação cidadã numa sociedade letrada.

Historicamente, a língua portuguesa passou por reformulações e mudanças, buscando atender a necessidades de cada época. Atualmente, contamos com mais de um alfabeto de uso corriqueiro, como o das letras maiúsculas, minúsculas, cursivas, variadas fontes e formatos. Sabemos que determinada forma gráfica pertence a uma letra e não a outra devido à chamada “categorização gráfica das letras”. Uma letra é uma unidade abstrata, com uma forma material específica e a função de representar sons da língua oral, então, toda forma gráfica capaz de ser identificada com a letra A será decodificada como sendo a letra A.

Lembrando da ortografia, as palavras são formadas por sequências determinadas de letras, assim, a forma gráfica que representa essas posições sequenciais é interpretada como as letras que compõem a palavra. Tomando um exemplo esboçado por L. C. Cagliari, encontrado no mesmo artigo citado anteriormente, a palavra “parede” tem como sequência de letras correspondente p-a-r-e-d-e. Diante da escrita PAREDE, é possível comparar com a escrita *parede* ou “parede” e notar que

aparecem formas gráficas diferentes: A, *a*, a ocupando lugares na palavra que a ortografia atribui à letra A (com o valor dessa unidade abstrata de escrita). Além disso, aparece a letra E escrita também *e*, “e”, representando a unidade abstrata, chamada letra E, porque ocupa o lugar destinado a essa unidade de escrita na palavra ‘parede’, segundo a ortografia.

É possível verificar que a ortografia estabelece a categorização gráfica das letras, a qual permite identificar uma forma gráfica como sendo uma determinada letra. Com a categorização gráfica das letras podemos ler formas de escrita variadas. Quando não dispomos de uma categorização gráfica, percebemos dificuldades em ler e decifrar uma escrita, como, por exemplo, no manuseio de documentos antigos ou de línguas diferentes da nossa.

É importante que o professor acompanhe, testemunhe os ensaios de uma criança das séries iniciais diante de um texto de língua portuguesa. Certamente, ela agirá com segurança, sabendo que pode contar com o amparo, o apoio e, talvez, com a ajuda do professor, se assim ela requisitar. E, nessa posição, a criança poderá identificar livremente, a seu tempo, as letras pelos nomes (categorização gráfica), aplicar o princípio alfabético (ou acrofônico), juntar sons de letras em sílabas e sílabas em palavras (composição morfológica), fazer um exercício de suposição (conjectura, hipótese, adivinhação) para descobrir de que palavra se trata, seguindo as pistas que ela vai encontrando. Se chegar a um resultado que não lhe lembra uma palavra corriqueira da língua, entenderá que a palavra não pertence à língua portuguesa, portanto, não existe (pelo menos segundo a referida língua) e que deve voltar e procurar por outras pistas e caminhos. Essas ações diante de um texto de língua portuguesa pressupõem um longo e laborioso trabalho para quem está aprendendo a ler.

Para escrever, é essencial que a criança lembre das letras para encaixar nos sons. Como uma primeira tentativa de escrita, a criança pode arranjar uma palavra de acordo com a maneira falada diretamente para a escrita, sem atentar para a ortografia. E isto é muito comum e importante para o processo de aprendizado, pois a criança vai construindo o seu estilo próprio de aprender. O contato imediato, inicial e repetitivo com a forma ortográfica das palavras na língua portuguesa, garante um aprendizado mais ágil da leitura e bases seguras para a apropriação da escrita.

A palavra, na leitura e na escrita, comparece com os sons da fala e com as ideias semânticas associadas a esses sons. No processo de ensino de língua portuguesa nas séries iniciais, a palavra aparece como elemento central. A partir da noção de palavra foram criados os sistemas de escrita. A composição morfológica da escrita alfabética, a sequência de sons que a palavra tem na fala, a sequência das letras na escrita ortográfica, deve aparecer exhaustivamente nas explicações do

professor, de modo repetitivo, sistemático.

Sendo assim, o ensino e a aprendizagem da língua portuguesa na escola são resultantes da articulação entre três variáveis. A saber, o aprendiz, a língua e o ensino. No caso das séries iniciais, a criança é o aprendiz e tem lugar de sujeito na ação de aprender. Sujeito é aquele que inaugura ações sobre o objeto de conhecimento. Um objeto de conhecimento é tudo o que interessa a esse sujeito, é aquilo que está no foco da sua observação, do seu interesse e disponibilidade de conhecer. No caso da nossa temática para esta aula, o objeto de conhecimento é a língua portuguesa, falada e escrita, tanto fora da escola, quanto aquela que circula em instâncias sociais públicas. O ensino dessa língua consiste na prática educacional capaz de organizar a mediação entre o sujeito e o objeto de conhecimento. O acontecer dessa mediação depende do planejamento, da dialética e da implementação das atividades didáticas oferecidas pelo professor. A meta consiste em desencadear, proporcionar suporte e orientar o movimento de reflexão e ação de cada criança em direção ao conhecimento.

Emília Ferreiro (1936-), psicopedagoga argentina, orientada pelo epistemólogo suíço Jean Piaget (1896-1980), atribui lugar aos arranjos (ditos “erros”) da criança no processo de aprendizagem. Segundo ela, o professor deve saber que os primeiros registros da sílaba são feitos com uma só letra, à qual se agregarão outras posteriormente. Esse “saber” do professor é essencial para a aprendizagem da criança. E. Ferreiro integra o conhecimento espontâneo de cada criança à aprendizagem formal escolar, valoriza as histórias contadas pelas crianças, as cantigas, as brincadeiras, como possibilidades de trabalho em sala de aula.

Portanto, o professor tem função ativa no processo de construção do conhecimento protagonizado pela criança aprendiz. O desejo desse professor, a sua ética de trabalho, contribui decisivamente para que cada aprendiz adquira progressivamente uma competência em relação à língua portuguesa que viabilize a resolução de problemas da vida cotidiana, o acesso aos bens culturais e o alcance da participação ativa junto ao mundo letrado. Ou seja, o ensino de língua portuguesa tem a finalidade de expandir as possibilidades das habilidades linguísticas básicas – falar, escutar, ler e escrever. Disso decorre que os eixos para o referido ensino podem ser organizados em torno dos usos e formas da língua oral e escrita, com prática de leitura e escrita, bem como da análise e reflexão acerca da língua – alfabetização, ortografia, pontuação, leitura em voz alta, interpretação de texto, redação, gramática.

Mikhail M. Bakhtin (1895-1975), filósofo e pensador russo, teórico da cultura europeia e das artes, importante pesquisador da linguagem humana, tem como base de pensamento a

linguagem, e como método a dialética. M. Bakhtin destaca a arte como fundamental para a ética da vida cotidiana. De tal modo que só interessaria à linguística o sentido artístico de um dado fato da língua. A linguística seria uma ciência da expressão humana. A palavra, para este pesquisador, é muito mais que um meio de comunicação, é principalmente o conteúdo da nossa própria atividade psíquica.

M. Bakhtin discorda de F. Saussure quando este afirma que o objeto da linguística seria a língua tomada como objeto externo, enquanto a fala não poderia sê-lo por se tratar de um ato individual. Para M. Bakhtin, “o centro de gravidade da língua não reside na conformidade à norma da forma utilizada, mas na nova significação que essa forma adquire no contexto” (BAKHTIN citado por FREITAS, 1994:133). Para tomar a palavra, falando como sujeito, em nome próprio, é preciso a apropriação dos signos que lhe são oferecidos no social, a partir da sua história subjetiva, criando significações próprias.

Na realidade, não são palavras o que pronunciamos ou escutamos, mas verdades ou mentiras, coisas boas ou más, importantes ou triviais, agradáveis ou desagradáveis etc. A palavra está sempre carregada de um conteúdo ou de um sentido ideológico ou vivencial. (BAKHTIN citado por JOBIM E SOUZA, 1995:98)

O foco das constatações de M. Bakhtin consiste na criação. Ele afirma a existência das regras da língua, bem como a importância destas para a linguística. Mas fundamenta severas críticas aos limites dessas regras, ao domínio limitado incapaz de explicar a totalidade dos fatos linguísticos. Cada sujeito está criando e recriando a si próprio e o outro, o social, o mundo, incessantemente, subvertendo as ditas regras.

Como visto, essas regras são fundamentais para a apropriação da língua, mas elas não esgotam toda a complexidade existente nas relações dialógicas. Isto pode ser exemplificado pelo jogo de palavras mencionado no início deste texto com a citação de L. Carroll. Existem sempre modos muito diferentes de falar, muitas linguagens refletindo a diversidade da experiência social. M. Bakhtin aposta na interação verbal dialógica enquanto processo de comunicação ininterrupto. De acordo com esse pensador, a palavra não pertence àquele que fala, ainda que seja uma criação, uma subversão. O ouvinte também está presente para que a palavra seja falada, assim como todos os ditos anteriores, todas as falas já faladas na história da humanidade. O ouvinte continua a criação do seu interlocutor, completando a lacuna da língua (deixada sempre pela impossibilidade de abarcar totalmente a linguagem) com a sua imaginação.

Imaginação que é privilégio dos tempos de criança. Considerando esse tempo, nos anos iniciais, a escola é um espaço com um tempo para saber como as coisas funcionam, porque são assim ou “assado”. Com o passar dos tempos, os adultos finalmente entendem que buscar saber sobre as coisas do mundo é condição humana inesgotável, incessante e que nos impulsiona a viver, a buscar descobrir sempre um novo conhecimento, inventando e reinventando possibilidades de algo novo para conhecer e aprender a lidar, de novo, com o mesmo incessante desejo de saber. Por isso, estejamos atentos à nossa própria imaginação diante das novidades que vamos buscando.

Ou isto ou aquilo: ou isto ou aquilo...
e vivo escolhendo o dia inteiro!
Não sei se brinco, não sei se estudo,
se saio correndo ou fico tranquilo.
Mas não consegui entender ainda
qual é melhor: se é isto ou aquilo.
(Cecília Meireles)

REFERENCIAS

- BOCK, Ana Mercês Bahia; FURTADO, Odair; TEIXEIRA, Maria de Lourdes Trassi. *Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia*. 13 ed. São Paulo: Saraiva, 2002.
- BRASIL. Ministério da Educação – Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais. Língua Portuguesa (1ª a 4ª série)*. Brasília, 1997.
- CAGLIARI, Luiz Carlos. *Algumas questões de Linguística na alfabetização*. Caderno do Professor. Belo Horizonte, MG, 2005. Disponível em
<<http://www.acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/40140/1/01d16t05.pdf>>
- CARROLL, Lewis. *Aventuras de Alice no País das Maravilhas*. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.
- FLAVELL, John H. *A psicologia do desenvolvimento de Jean Piaget*. São Paulo: Pioneira, 1975.
- FREITAS, Maria Teresa de Assunção. *Vigotsky e Bakhtin – Psicologia e Educação: um intertexto*. 4.ed. São Paulo: Ática, 2002.
- JOBIM E SOUZA, Solange. *Infância e linguagem: Bakhtin, Vigostky e Benjamin*. 2.ed. Campinas: Papirus, 1995.
- MEIRELES, Cecília. Ou isto ou aquilo. In: __. Cecília de bolso. Porto Alegre: L&PM, 2009.
- MICHAELIS. Dicionário Online de Língua Portuguesa. Editora Melhoramentos Ltda, 2009.
- RIMBAUD, Arthur J. Carta do vidente. (1871). In: __. *Oeuvres poétiques complètes*. Paris: Robert Lafont, 1980, p. 186.
- SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de Linguística Geral*. 30ª Edição. São Paulo: Cultrix, 2002.
- VYGOTSKY, L. S; LURIA, A. R; LEONTIEV, A. N. *Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem*. São Paulo: Cone, 1991.